

MINISTÉRIO DA SAÚDE DESFERE NOVO GOLPE CONTRA OS SERVIDORES, PARA RETIRÁ-LOS DA GEAP!

Num ataque sem precedentes na história da GEAP, os representantes dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência Social, indicados pelo Governo para o Conselho Deliberativo da GEAP-CONDEL, por três votos favoráveis e dois votos contrários dos representantes dos trabalhadores aprovaram novo modelo contributivo, que vai aumentar o valor da contribuição ao Plano de Saúde GEAP, pelo qual os servidores estarão obrigados a pagar o valor de R\$ 115,00 por cada um dos participantes. Desta forma quem contribui com valores médio de R\$ 150,00 e R\$ 260,00 para três dependentes passará pagar R\$ 460,00 mais a participação de 10% quando utilizar o plano.

Apesar dos representantes da FENASPS terem apresentado dados técnicos que comprovam que estes aumentos aprovados pelos representantes do governo vão expulsar do Plano exatamente os servidores que recebem os menores salários, não tiveram nenhuma sensibilidade. Diante da decisão implacável dos representantes do Governo no Conselho da GEAP, em Janeiro a Federação junto com dezesseis sindicatos Estaduais ingressou na Justiça Federal em Brasília questionamento sobre a quebra de contrato sem anuência dos participantes, o reajuste abusivo embutido nesta decisão absurda, extemporânea e discriminatória.

Como é de praxe nestes casos a Justiça Federal exigiu explicações dos respectivos Ministérios para conceder a sentença, os representantes da Previdência/INSS e Trabalho, informaram que estarão respondendo as exigências da Justiça e ainda não assinaram nenhuma autorização que permita a GEAP implantar o novo desconto.

SORRATEIRAMENTE MINISTÉRIO DA SAÚDE ASSINOU TERMO ADITIVO

No entanto a Secretária Executiva do Ministério da Saúde numa atitude leonina, num comportamento de má-fé assinou outro Convenio com um Termo Aditivo, na qual a Diretoria da GEAP, vai finalmente praticar a usura de extrair o máximo de dinheiro dos servidores, ou seja, cobrar já a partir de Março os novos valores de contribuição, quem não puder pagar ficará fora do Plano, ou então deverá fazer opção para um novo plano que não tem atendimento para exames de alta complexidade, exames laboratoriais e Internamentos somente na emergência, enfim muito pior que o atendimento praticado pelo SUS, mesmo assim os servidores terão que pagar pelo atendimento. **Antes de qualquer coisa é necessário que os servidores busquem respostas as pergunta abaixo:**

Se não houve consulta aos interessados, a serviço de quem estão os ocupantes de cargos do Ministério da Saúde que às escondidas assinaram o Termo Aditivo?

Porque estão propagando tanto o convênio que fizeram com a CAPSAÚDE que nada tem de superior aos serviços oferecidos pela GEAP?

Os Advogados da FENASPS já informaram a Justiça Federal desta armadilha preparada às escondidas pelo Ministério da Saúde, além de levarmos esta questão para discussão no Ministério Público Federal, estamos orientando a todos os Servidores do Ministério da Saúde que se sentirem lesados pela atitude traiçoeira, que procurem em seus Estados o Ministério Público de Defesa ao Consumidor, para que este intervenha na defesa dos seus direitos. Temos expectativa de que iremos conseguir reverter este golpe, inclusive com a sabedoria da Justiça, no entanto é bons todos estarmos preparados para ***irmos à luta paralisando atividades e fazendo atos nos Escritórios Regionais e no Ministério da Saúde em Brasília, que será organizado pela FENASPS e Sindicatos filiados.***

Nós estamos desafiando a Diretoria Executiva da GEAP, a abrir as contas, para comprovar a existência dos déficits, não acreditamos nesta conversa. Na Plenária Nacional da FENASPS foi aprovado ingressar na Justiça Federal pedido de auditoria pública para que a verdade venha tona. A GEAP é um patrimônio construído e mantido com as contribuições dos servidores, a verdade sempre prevalece, justiça será feita. É importante que os servidores não assinem nenhum documento para mudar de Plano de Saúde.

Como não existirá mais a cobrança dos valores percentuais de 8% referente à cobertura familiar, o atual plano se tornará injusto para a maioria absoluta dos servidores que recebem os salários mais baixos, enquanto os salários mais altos serão os mais beneficiados.

A decisão do Conselho é extemporânea, absurda, pois os representantes do governo sabem que os trabalhadores da base da Seguridade Social não poderão pagar os novos valores estabelecidos. Esta decisão se não for revertida na Justiça, vai causar grande evasão dos trabalhadores, principalmente os aposentados e pensionistas e poderá ainda inviabilizar ou extinguir de vez o GEAP Saúde, conquista histórica da categoria.

Considerando que o trabalhador contribui mensalmente para uma assistência que a cada dia se torna mais débil, uma rede de prestação de serviços que sofre uma queda brusca na rede de credenciados nas capitais e a inexistência quase total dos serviços em grande parte das cidades do interior. A FENASPS encaminhou esta questão para Assessoria Jurídica, no sentido de encontrar mecanismos que possam barrar judicialmente os abusos que pretendem praticar contra os assistidos.

Em março do ano passado, o governo não obteve sucesso quando propôs aumentar o valor per capita dos participantes com idade superior a 59 anos, foi necessária mobilização nacional da categoria e paralelamente impetrada ação judicial que atualmente protege esses assistidos, por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

O governo não atingindo os objetivos resolveu retirar o direito à assistência à saúde da massa assalariada de assistidos, aprovando aumento e mudando a forma de contribuição dos servidores. É lamentável que novamente os Conselheiros (as) indicados para representar o Governo no CONDEL, conhecedores da realidade desses trabalhadores, pois a nova tabela remuneratória para a Seguridade Social é uma das piores no Serviço Público, os Conselheiros que representam o governo não tiveram nenhum pudor na prática da usura, extrair o máximo de quem já não poder pagar os valores atuais, comportamento de agiotas. A FENASPS apresentou reivindicação ao governo propondo aumento do per capita patronal no sentido de corrigir as diferenças de valores praticadas em outros Poderes da União, porém o governo se recusou. ***Mas justiça seja feita, todos que vivem encastelados ocupando os cargos de confiança um dia perderão a majestade e voltarão a viver como simples mortais. Tenham certeza que neste dia estaremos aqui para cobrar a conta.***

Brasília, 02 de Março de 2009.

A GEAP é nossa, vamos continuar a luta para defendê-la de mais este ataque!

Diretoria Colegiada FENASPS